

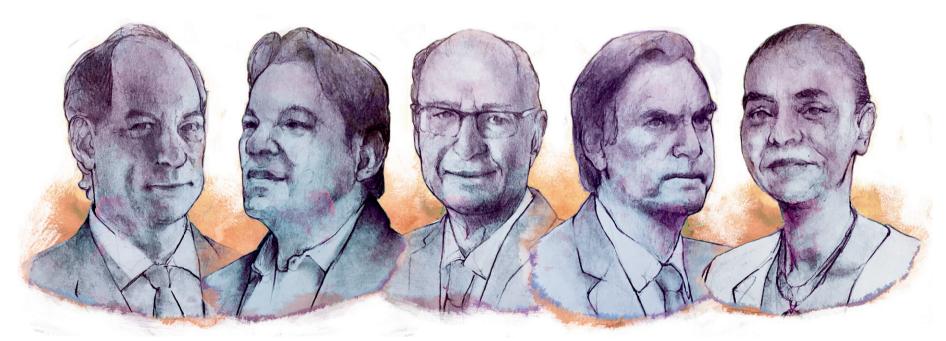
O PAÍS QUE OS BRASILEIROS MERECEM

Presidenciáveis definem ações para a luta contra o contrabando

O contrabando e a evasão fiscal causaram prejuízos de ao menos R\$ 146 bilhões ao Brasil em 2017. Além disso, contribuíram para o aumento da violência, uma vez que estão intimamente ligados ao crime organizado. Um maço de cigarros contrabandeado, que cruza as fronteiras brasileiras, muitas vezes faz parte de toda uma cadeia criminosa que se ramifica por tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas e corrupção.

A concorrência do contrabando também afeta a competitividade da indústria brasileira, reduz o número de empregos formais e a arrecadação de tributos.

Os cinco candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto (Ciro Gomes, Fernando Haddad, Geraldo Alckmin, Jair Bolsonaro e Marina Silva) sabem desses fatos. Ao responderem a 12 questões sobre o tema elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), todos se comprometeram a adotar medidas para atacar o problema: controles mais rígidos das fronteiras, simplificação tributária, revisão das leis sobre o crime organizado e fortalecimento de agências regulatórias, entre outras. As respostas dos candidatos foram publicadas ao longo desta semana. Abaixo, um resumo delas.



CIRO GOMES

O candidato do PDT afirma que não fará contingenciamento de recursos destinados à segurança pública e proteção de fronteiras e que investirá em inteligência investigativa para combater o crime organizado. Para enfrentar a sonegação, pretende mudar a legislação, responsabilizando o CEO, o dono e o controlador das empresas com prisão e multa equivalente ao triplo do valor sonegado. Para pequenos distribuidores de drogas, defende a adoção de penas alternativas.

Para Ciro, o mercado ilegal deve ser combatido na origem. Para isso, diz, a articulação entre os três Poderes é fundamental, assim como a criação de uma polícia de fronteira, não para policiamento ostensivo, que seria inviável dada a extensão da área, mas com a definição de estratégia de inteligência para o combate a esse tipo de crime.

Na parte tributária, diz que a classe média e os menos favorecidos não sofrerão abalos. Defende a isenção de tributos na aquisição de bens de capital, a redução do IR para pessoa jurídica e menos tributos sobre o consumo.

FERNANDO HADDAD

O candidato do PT diz que dará prioridade à destinação orçamentária para a segurança pública, especialmente para a proteção das fronteiras e para o combate ao crime organizado. Ele afirma que pretende construir um sistema de inteligência fundamentado em alta tecnologia e investir na qualificação de profissionais para combater o mercado ilegal. Diz que é necessário acertar o "coração da criminalidade organizada", que é a circulação de dinheiro.

Questionado sobre revisões na legislação de combate ao crime organizado, afirma que devem ser feitos aperfeiçoamentos permanentes e que as penas devem ser proporcionais aos crimes cometidos.

Na parte tributária, se compromete a fazer uma reforma com alteração na composição dos tributos. Para Haddad, a estrutura tributária não pode continuar sendo predominantemente de impostos indiretos. A reforma será orientada pelos princípios de progressividade, simplicidade e eficiência, sem que os entes federados percam arrecadação, diz.

GERALDO ALCKMIN

O candidato do PSDB afirma que pretende combater o crime organizado, o mercado de produtos ilegais e investir em inteligência e integração. Alckmin diz que dará continuidade ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), concebido pelo Exército Brasileiro. Ele também defende que a diplomacia brasileira trabalhe em conjunto com os países vizinhos para atacar o contrabando e o tráfico de armas e de drogas que passam pelas fronteiras.

Para o candidato, o combate à criminalidade passa pela integração de todo o sistema de inteligência policial, por meio de ações conjuntas da Polícia Federal, das polícias estaduais e dos sistemas de fiscalização das prefeituras contra o contrabando. Compromete-se a fazer uma revisão da Lei de Execução Penal, para tornar mais difícil a progressão de regime dos infratores que tenham atuação em grupos criminosos. Propõe ainda um sistema tributário mais simples e transparente para, segundo ele, facilitar a vida de quem trabalha e empreende.

JAIR BOLSONARO

O candidato do PSL defende, em seu programa de governo, que as Forças Armadas tenham um papel mais relevante no combate ao crime organizado, principalmente nas fronteiras. Bolsonaro diz que buscará maior integração entre as Forças Armadas e os demais órgãos de segurança pública do país.

Na área tributária, o candidato prevê a realização de uma reforma que vise à unificação de diversos tributos e a simplificação do atual sistema tributário nacional.

Bolsonaro disse que irá buscar uma gradativa redução da carga tributária bruta, além da eliminação de diversas distorções e o aumento da eficiência da arrecadação. Afirma que hoje muitas pessoas sonegam por questões de sobrevivência.

O candidato promete simplificar a abertura e o fechamento de empresas e criar o Balcão Único, que vai centralizar todos os procedimentos relacionados, tanto para a abertura como para o fechamento de empresas.

MARINA SIVA

A candidata da Rede afirma que adotará ferramentas e metodologias de inteligência modernas para combater o mercado ilegal e o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, priorizando o policiamento de fronteiras com intenso uso de tecnologia.

A candidata planeja criar um conselho que articulará os diversos órgãos de inteligência estaduais e federais com foco no combate ao crime organizado, incluindo o mercado ilegal. Ela também prevê a promoção gradual da digitalização dos meios de pagamento como forma de evitar a evasão fiscal, a corrupção e a lavagem de dinheiro.

Para Marina, é fundamental uma ação integrada dos diferentes Poderes e órgãos ligados ao sistema de Justiça para combater o mercado ilegal e o crime organizado no Brasil.

Na parte tributária, defende reduzir a complexidade e a insegurança jurídica, que dificultam os negócios e o empreendedorismo, com implantação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), reunindo cinco tributos: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

POSICIONAMENTO DOS PRESIDENCIÁVEIS

